

I Encontro Latinoamericano de Pensamento Político e Econômico em Saúde
(ELAPPES) – 06 a 09 de novembro, São Paulo/Híbrido

Proposta de Comunicação – Categoria: Estudos em Desenvolvimento

Política social em tempos de capital-imperialismo: notas sobre aparelhos privados de hegemonia em saúde no Brasil

RESUMO:

Esta comunicação visa apresentar resultados iniciais de investigação de pós-doutorado em curso. Busca-se compreender as formas de conexão internacional entre os processos de valorização do valor, e as diversas práticas políticas das classes dominantes na área da saúde. A ação política das classes dominantes está balizada pelas circunstâncias históricas e em constante movimento pela própria composição das mesmas.

Esses setores conformam uma extensa malha de aparelhos privados de hegemonia empresariais (APHEs) a qual defende que a idéia de sistemas públicos, estatais e financiados pelo Estado seriam obsoletas, dando lugar à “colaboração público-privada”, dentro da qual o Estado abre caminhos de valorização de capital por dentro destes sistemas. Tal conjunto de APHEs atua tanto na sociedade civil como na sociedade política, produzindo formas de associatividade empresariais e políticas as quais penetram diversos canais de representação da chamada sociedade civil junto ao Estado e dentro do mesmo.

Palavras-chave: neoliberalismo; empresários na saúde; ação política das classes dominantes

Social policy in times of capital-imperialism: notes on private apparatuses of hegemony in health in Brazil

ABSTRACT:

This paper aims to present initial results of ongoing post-doctoral research. It seeks to understand the forms of international connection between

the processes of valorization of value, and the various political practices of the dominant classes in the area of health. The political action of the dominant classes is marked by historical circumstances and in constant movement by their own composition.

These sectors make up an extensive network of private business hegemony apparatuses (APHEs) which argue that the idea of public, state-owned and state-funded systems would be obsolete, giving way to "public-private collaboration", within which the state opens up ways of valorizing capital within these systems. This set of APHEs operates in both civil and political society, producing forms of business and political associativity which penetrate various channels of representation of so-called civil society with and within the state.

Política social en tiempos del capital-imperialismo: apuntes sobre los aparatos privados de hegemonía en salud en Brasil

RESUMEN:

Este artículo pretende presentar los resultados iniciales de una investigación posdoctoral en curso. Trata de comprender las formas de conexión internacional entre los procesos de valorización del valor y las diversas prácticas políticas de las clases dominantes en el ámbito de la salud. La acción política de las clases dominantes se caracteriza por circunstancias históricas y está en constante movimiento debido a su propia composición.

Estos sectores conforman una extensa red de aparatos de hegemonía empresarial privada (APHEs) que sostienen que la idea de sistemas públicos, estatales y financiados por el Estado sería obsoleta, dando paso a la "colaboración público-privada", dentro de la cual el Estado abre vías de valorización del capital dentro de estos sistemas. Este conjunto de APHEs opera tanto en la sociedad civil como en la política, produciendo formas de asociación empresarial y política que penetran diversos canales de representación de la llamada sociedad civil con y dentro del Estado.

Introdução

É impossível compreender as principais determinações das políticas sociais brasileiras, especialmente em saúde e educação, no período contemporâneo, sem uma rigorosa investigação acerca tanto da ação econômica, quanto da ação política empresarial nessas áreas. De forma crescente nos últimos anos, os setores mais internacionalizados do capital atuam politicamente para que estas áreas não sejam esferas de direitos sociais universais e sim fronteiras de valorização do valor.

Nesta segunda década do século XXI, experimentamos um período de fortes tensões internacionais, que repercutem nos espaços nacionais. Formas políticas de teor totalitário (proto ou neofascista) convivem com as práticas de dominação de classes que se apresentavam como “democráticas”, mas que abriram o caminho para a devastação do conjunto de direitos conquistados pelos trabalhadores. Conforme Costa Correia (2022), o sistema público de saúde brasileiro, construído a partir de décadas de lutas, é um dos alvos preferenciais da ofensiva do capital.

Esta pesquisa busca compreender as formas de conexão internacional entre os processos de valorização do valor, e as diversas práticas políticas das classes dominantes.

A ação política das classes dominantes não é algo dado: está balizado pelas circunstâncias históricas e em constante movimento pela própria composição das mesmas; bem como de seu grau de organicidade e consciência, sofrendo inflexões de acordo com a ideologia esposada por seus representantes orgânicos. Os representantes das multinacionais estadunidenses ou européias na década de 1950 ou 1960, ou das empresas altamente internacionalizadas do século XX, não falam a mesma língua dos soldados britânicos que abriram mercados *manu militari* (embora os Estados Unidos também o façam, desde o século XIX e recorrentemente), embora possam guardar elementos em comum.

O filósofo sardo Antonio Gramsci buscava entender a complexificação da dominação burguesa a partir do momento em que a classe operária emerge como ator político. Segundo ele, a partir de determinado momento, as classes dominantes deixam de ser meramente dominantes e passam a ser *dirigentes*,

isto é, começam a incorporar as reivindicações dos subalternos de maneira a não perder poder político.

É neste sentido que não podemos entender a atuação dos grupos privados que atuam nas áreas de saúde e educação, entre outras, apenas como defensores de interesses imediatos de um grupo de companhias, por mais poderosas que sejam. O conflito social nunca deixa de estar presente pressionando a ação das classes. Atualmente, presenciamos uma complexa malha daquilo que, a partir de Gramsci, entendemos como aparelhos privados de hegemonia (APHs) imbuídos de “consciência de classe”, os quais educam de maneira cosmopolita as burguesias subalternizadas como as latino-americanas em determinado agir político e social dentro do Estado integral ou ampliado (relação entre sociedade civil, como esfera de articulação de interesses advindos da produção capitalista, e a sociedade política, entendida como Estado *strictu sensu*). Estamos falando especificamente de aparelhos privados de hegemonia empresariais (APHEs).

No período histórico que se abre a partir do final da Segunda Guerra Mundial, entendido pela historiadora Virgínia Fontes como capital-imperialismo, o capital se define não apenas pela escala, mas pela acelerada expansão das relações sociais capitalistas, modificando o formato dos Estados nacionais. Ao disputar as pautas políticas sociais, estimulando a adesão das burguesias subalternas, que passam a defender a expansão do imperialismo – o capital imperialismo torna impossível para estas levar adiante sua própria atuação burguesa sem “obedecer” a esses ditames e reproduzi-los internamente. Tais desígnios, mormente apresentados como “estudos” e “recomendações”, parecem na verdade ser elaborados conjuntamente no seio de tais APHEs, ainda que de maneira desigual, e se tornam mantras reforçados pelos organismos internacionais e pelos parlamentos e governos.

Um desses mantras é o da suposta impossibilidade de políticas universais de saúde e educação, consideradas agora como serviços privados a serem adquiridos pelas pessoas “com necessidades” a preços módicos, Tais entidades transnacionais integram o Estado em sentido integral – e sua expansão os leva a integrar de maneira mais íntima e constante (direta ou mediadamente, através das burguesias locais) os órgãos de Estado.

A pesquisa ora proposta tem como objetivo investigar a atuação recente, entre 2018 e 2022, de dois dos principais aparelhos privados de hegemonia no Brasil atual no que se refere à disputa de políticas sociais. Tais entidades, quais sejam, o Instituto Coalizão Saúde (ICOS) e o Movimento Todos pela Educação (MTPE), congregam interesses de empresas altamente internacionalizadas, de diferentes origens nacionais, e se destacam pela defesa abstrata da saúde e educação, realizando diagnósticos sobre a oferta desses “serviços” nacional e internacionalmente, especialmente dentro do âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Capital imperialismo, política social, neoliberalismo e conservadorismo

A análise das mudanças nas políticas sociais brasileiras e latino-americanas operadas no século XXI mostra que o capital-imperialismo de origem latino-americana se faz cada vez mais presente nos APHEs mais relevantes. Tal rede de APHEs busca instruir e construir tal consenso inter-empresarial acerca de projetos que podemos caracterizar como neoliberais em várias áreas das políticas públicas, como intensa atuação para expropriação de direitos e privatização de áreas como educação, saúde, emprego e segurança. O objetivo central parece ser construir junto a estas frações do empresariado programas que retirem dos Estados Nacionais a responsabilidade pela construção e manutenção de sistemas públicos, universais e gratuitos de saúde, educação, trabalho e segurança, transferindo-as para o dito “setor privado”.

Podemos constatar esse processo através da análise histórica de entidades como o *Conselho das Américas* fundado ainda em 1965 e atuante até os presentes dias. Tal história explicita claramente que não se trata de mera filantropia desinteressada, e sim de formação e subordinação de mão-de-obra, divulgação e formação de mercados, ao, por exemplo, introduzir bases tecnológicas materiais e sistemas de uso (inclusive informáticos) como novas necessidades implantadas pelas próprias empresas, assim como intensa propaganda para a redução de direitos na expansão de sistemas privados e altamente lucrativos. Em suma: não apenas não há contradição entre acumular

capital e moldar visões de mundo, como a última tarefa é condição *sine qua non* para a primeira.

Como exemplo de um APHE que se constitui como fórum de articulação entre interesses do grande capital operante na América Latina, sob o claro predomínio e direção dos empresários dos EUA (e apoio do Estado), reunindo empresários de diversas origens nacionais mas todos de larga escala – o capital imperialismo, essa entidade investe pesadamente na formação de intelectuais orgânicos ligados a esses grupos empresariais no sentido de criar consensos, especialmente dentro da sociedade civil, em relação a tais projetos mercantil-filantrópicos. Vamos a alguns exemplos.

Em dezembro de 2010, como parte de seu “Programa de inclusão social”, em parceria com a Fundação Ford, realiza-se uma conferência na qual são apresentados os resultados preliminares sobre a pesquisa desenvolvida sobre o tema da saúde na América Latina (AGRAWALL *et al*, 2010). O pressuposto é a identificação entre as “reformas pró-mercado” no contexto das redemocratizações na América Latina com a melhoria da “equidade e eficiência” dos sistemas de saúde.

O diagnóstico sobre as desigualdades nos sistemas de saúde na América Latina preocupa esse APHE fundamentalmente porque

essa persistente falta de acesso a bons serviços de saúde afeta direta e negativamente a produtividade do trabalho, os níveis de renda dos lares e o potencial das famílias em relação à mobilidade social, impedindo o desenvolvimento de uma classe média mais alargada e tendo consequências para o crescimento macroeconômico (AGRAWAL *et al*, p.5).

Com maior intensidade e capilaridade a partir dos anos 2000, programas sociais nas áreas de saúde e educação se disseminaram pela América Latina sob o lema da responsabilidade social empresarial. Conforme seus defensores, “para a *Pfizer*, este programa é parte do esforço da companhia em ser um bom cidadão corporativo”. Uma das conclusões mais interessantes do relatório do Conselho das Américas (AGRAWAL *et al*) era a de que o setor privado ainda não teria se dado conta do potencial para lucros existente no investimento em iniciativas de saúde para grupos “excluídos”.

As empresas na indústria de saúde podem inclusive expandir seus mercados ao encontrar maneiras de prover serviços de baixo custo para populações que têm o potencial de se tornar parte de sua base de consumidores (AGRAWAL *et al.* p. 29).

As formulações acima sintetizadas influenciaram uma série de APHEs latino-americanos. Como se vê, os APHEs educam esses empresários a uma dupla linguagem, na qual de um lado se destaca a repetição na ênfase do papel do “setor privado” em garantir, com a anuência e participação ativa dos governos locais, projetos para sua própria expansão, independentemente das contradições e devastações que possam causar. Por outro lado, prepara as intervenções jurídico-políticas, que impeçam ou reduzam as tensões sociais inevitavelmente surgidas da degradação dos serviços públicos essenciais, bem como do desemprego, de maneira a erradicar junto à população a idéia de que se deva esperar a solução para tais problemas a partir de direitos assegurados pelo Estado e da atuação dos representantes legais eleitos.

O Movimento Todos pela Educação (MTPE), fundado em 2006, e o Instituto Coalizão Saúde (ICOS), fundado em 2015, apresentam as características acima apontadas, despontando como principais aparelhos de defesa dos interesses privados em educação e saúde no Brasil nos últimos anos (VIEIRA & LAMOSA, 2020; ZULIANI, 2022; MARTINS, 2016; MORAIS, OLIVEIRA & VIEIRA-DA-SILVA, 2019).

Nos documentos e estudos divulgados por eles, podemos ler a mesma lógica: a da negação da possibilidade de acesso a uma saúde e educação pública, gratuita e *universal*. O lucrativo mercado da saúde e da educação deve ser aberto a partir da constatação que o Estado nacional não pode e não deve estabelecer sistemas públicos universais. Um dos objetivos de enfatizar o que o “setor privado” pode fazer com relação ao “problema da saúde” é a pura e simples *reserva/abertura* de mercado. É importante notar que em termos de “limpeza de imagem”, as farmacêuticas, aos planos privados de saúde e as mineradoras estão certamente no topo daquelas que mais necessitam esse *cleaning* no seu *branding*.

Conforme Virgínia Fontes (2010), o capital-imperialismo dissemina pelo mundo modelos de assistencialismo filantrópico voltados para o mercado,

assegurando a mercadorização da assistência social e a eliminação dos direitos sociais. Atuando politicamente em frentes móveis de ação internacional, os intelectuais orgânicos do capital propriedade desenvolveram intrincadas redes de empresariamento da filantropia, reforçando modelos de gotejamento social no qual as notáveis desigualdades causadas pelo capitalismo permaneceriam intactas.

No período em tela, entre 2018 e 2022, temos observado atritos entre o paradigma empresarial da eficiência e o conservadorismo radical, expresso por exemplo no embate entre o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez com a deputada federal Tábata Amaral, no caso da educação. A desuniversalização das políticas sociais encontra na “meritocracia”, por um lado, o discurso necessário para se sedimentar, na esfera mental individual/coletiva, e na responsabilização da família e dos indivíduos, por outro, o meio de concretizar-se como fenômeno social geral. A pandemia de Covid-19 propiciou um cenário dentro do qual essas determinações são reforçadas (LIMA & CORREIA, 2020).

Por fim, acrescentamos que a própria generalização desse tipo de ação política empresarial, já caracterizada pelo neoliberalismo, resultou na ascensão de um ultra-conservadorismo político que, aprofundando a atuação econômica neoliberal, desatou de forma truculenta um desmantelamento acelerado das instituições públicas. Existem decerto tensões entre essas opções políticas das classes dominantes, e temos observado atritos entre o paradigma empresarial da eficiência e o conservadorismo radical, expresso por exemplo no embate entre o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez com a deputada federal Tábata Amaral, no caso da educação. Não obstante, a desuniversalização das políticas sociais encontra na “meritocracia”, por um lado, o discurso necessário para se sedimentar, na esfera mental individual/coletiva, e na responsabilização da família e dos indivíduos, por outro, o meio de concretizar-se como fenômeno social geral. Curiosamente, a idéia de meritocracia é um elo comum entre essas duas racionalidades.

A compreensão da escala e do alcance da ação política ainda predominante – capital-imperialista – e suas malhas de entidades empresariais é condição para a análise dos desdobramentos e tensões ulteriores.

O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa

Christine Buci-Glucksman, em seu clássico estudo de 1975, *Gramsci e o Estado*, mostra como é precisamente no *Primo Quaderni* que apareceria pela primeira vez o conceito de aparelho de hegemonia, utilizado basicamente para se referir à “constituição da classe”. Como é relativamente bem conhecido na literatura especializada, Antonio Gramsci, até 1926 (inclusive em *A questão meridional*) utilizou o conceito de hegemonia para designar uma estratégia revolucionária do proletariado (“hegemonia do proletariado”); e somente no Caderno I passa a referir-se a hegemonia como forma de dominação das classes dominantes, sobretudo. Por sua vez, Gianni Francconi (1984) e outros intérpretes mapeiam as metamorfoses deste conceito nos Cadernos do Cárcere.

O conceito de aparelho hegemônico ou aparelho privado de hegemonia parece hoje ser um dos mais fecundos conceitos gramscianos como instrumento heurístico para investigação histórica. A atuação de diversos tipos de entidades, associações e instituições, ligadas seja aos dominantes seja aos subalternos, é cada vez mais objeto de investigação por pesquisadores nas ciências sociais brasileiras. No Brasil, são incontornáveis os trabalhos das historiadoras Virgínia Fontes (2010) e Sônia Regina de Mendonça (2014), e do cientista político Alvaro Bianchi (2008).

Gramsci utiliza o termo *apparato* – cuja tradução corrente em língua portuguesa é “aparelho” – já desde seus escritos pré-carcerários, para se referir a diferentes termos, como “aparelho econômico”, “aparelho político”, “aparelho sindical”, “aparelho nacional de produção”, ou “aparelho militar-burocrático”. (DHCM: 2009, 301)

Consultando o verbete “apparato egemonico”, escrito por Guido Liguori no *Dizionario Gramsci*, vemos que desde as primeiras notas dos *Quaderni del Carcere* em que usa o termo “hegemonia”, Gramsci faz referência ao termo “aparelho hegemônico” (LIGUORI & VOZA, 2009: 44-5). Segundo Liguori, trata-se de uma expressão não muito frequentemente usada nos cadernos, mas presente em vários deles, como nos cadernos 1,6,7, 10 e 13, escritos em datas diversas, incluindo dois de segunda escrita (Q 10, parte II, § 12 e Q 13, § 37).

No caso do caderno 10, o termo não aparecia no respectivo texto A (Q 4, § 38). Como se sabe, as notas presentes nos cadernos carcerários de Gramsci são classificados em A, B e C de acordo com o critério de se foi reescrito ou não.¹

O aparelho hegemônico é entendido, assim, como uma sociedade particular (formalmente privada), que se torna o correspondente do aparelho governativo-coercitivo. Força e consenso, as duas metades indissociáveis da dominação, as duas metades do Centauro maquiaveliano, ambas desenvolvem seus respectivos “aparelhos”. O Estado integral é, já, unidade-distinção da sociedade civil e Estado “tradicionalmente entendido”, ou Estado *strictu sensu*.

O Estado capitalista, na leitura aqui esposada, não é neutro nem um sujeito. Pensando com a ideia de Estado ampliado de Gramsci, podemos acrescentar a visão do último Poulantzas, segundo a qual o Estado é também atravessado pelo conflito político de classe, que está dentro mesmo de sua “ossatura material”.

Para Gianni Francioni, autor de uma das mais detalhadas pesquisas que se preocuparam em entender e evidenciar a evolução interna na obra de Gramsci, já nos anos 1980, o conceito de aparelho hegemônico é essencial para compreender completamente a hegemonia e precisar seu significado. Tanto como não existe, nos Cadernos, hegemonia sem crise de hegemonia, também não existe hegemonia sem aparelho de hegemonia (FRANCIONI, 1984:176).

Segundo Francioni, “um aparelho hegemônico pode ser definido como qualquer instituição, espaço ou agente que organize, medie e confirme a hegemonia de uma classe sobre outras”.(Idem: 175). Francioni entende que a importância crescente dos aparelhos hegemônicos pode se expressar em uma crescente subalternidade de “muitos” em relação a “poucos”. Conforme o autor, entretanto, é provável que o conceito de “estrutura material da ideologia”, correlato ao de aparelho hegemônico, representasse para Gramsci apenas uma formulação muito inicial e provisória, portanto insatisfatória. (Idem: 179)

Entendendo os APHs como atravessados pela luta de classes, Fontes afirma que seu ponto fulcral

¹ As notas A são de primeira escrita, retomados em textos C; e as notas B são de escrita única.

“remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria, como o momento eticopolítico da contra-hegemonia” (FONTES, 2010:133)

Partindo dessa concepção, a historiadora desenvolverá uma chave interpretativa não apenas para o papel diferencial dos APHs na constituição daquilo que ela chamou de “capital-imperialismo”, como também para a “conversão mercantil-filantrópica” em massa de ONGs no Brasil recente – entre elas, algumas que surgem das lutas operárias, camponesas, estudantis, etc, e se tornam esteios da dominação burguesa ao abraçar os pressupostos do capital-imperialismo. Valorizando a contribuição pioneira de René Dreifuss na temática, e indo muito além, Fontes traça um mapa ilustrativo dos diversos tipos de APHs brasileiros das últimas quatro décadas, relacionando o florescimento e expansão dos mesmos com a dinâmica da luta de classes e da inserção do Brasil no sistema internacional.

A análise teórica e histórica de Fontes também nos abre um caminho interessante para pensar em aparelhos privados de hegemonia que se constituem cada vez mais no plano internacional, especialmente com a idéia de “frentes móveis de ação internacional”.

“O que Gramsci analisou para os Estados Unidos e a Europa de seu tempo, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, se tornaria a **forma cosmopolita por excelência da política do capital**, organizada tanto nos diferentes planos nacionais quanto em agências e entidades internacionais. Verdadeiras **frentes móveis de ação internacional** se multiplicavam, ao mesmo tempo procurando capturar as reivindicações igualitárias no plano internacional e reconvertê-las em formas anódinas ou, mais grave, em espaços de atuação lucrativa”. (FONTES, 2010:309).

O outro arcabouço conceitual fundamental a ser incorporado nesta proposta é aquele derivado da Teoria Marxista da Dependência (TMD), especialmente na obra de Ruy Mauro Marini (1974). Trata-se de compreender

porque a formação histórica e social brasileira esteve ligada intimamente a uma posição internacional de subordinação perante os grandes centros imperialistas. Para Marini, a América Latina sempre esteve caracterizada pela superexploração da força de trabalho; pela “troca desigual” (na linguagem neoricardiana), que na verdade significa que os capitalistas se apropriam de massa de valor distinta, de acordo com a produtividade do capital no mesmo setor ou em outros setores (capitais com produtividade acima da média se apropriam mais, na dialética produção e apropriação de valor); pela transferência de valor produzido pela economia dependente pelas economias centrais; pela concentração brutal de renda e riqueza; e por fim pelas mazelas sociais aprofundadas que derivam dessa posição.

Como sinalizaram autores como Mário Pedrosa e Florestan Fernandes, a opção das classes dominantes brasileiras sempre foi imperialista; submissa em relação às burguesias centrais e violenta com as classes subalternas internamente. Com o desenvolvimento historicamente recente de formas de dominação mais sofisticadas, o que não significa a diminuição da coerção, as classes dominantes brasileiras têm assumido esse “protagonismo submisso”: seguindo as pistas deixadas por Florestan Fernandes, entendemos que esses setores empresariais brasileiros, que são altamente internacionalizados, constroem pra dentro as formas políticas assumidas pelo capital-imperialismo reproduzindo em escala ampliada sua histórica subordinação aos capitais dos países centrais e truculência em relação aos subalternos nacionais.

Objetivos e hipóteses da pesquisa ainda em curso

Investigar as formas que assumem as conexões internacionais dos APHEs Todos pela Educação e Coalizão Saúde, tanto do ponto de vista empresarial *strictu senso*, como do ponto de vista político mais amplo. Mapear a atuação de tais APHEs no âmbito do Estado em sentido integral: tanto na sociedade civil como na sociedade política, de maneira a lograr o sucesso de seus interesses econômico-corporativos.

Os grandes grupos empresariais brasileiros em saúde e educação atuam de maneira conjunta com os grupos empresariais estrangeiros, abrindo novas fronteiras de acumulação nessas áreas; essa associação diz respeito a

interesses econômico-corporativos comuns e também de uma ação política cosmopolita baseada na filantropização/mercadorização da saúde e educação.

Considerações finais

Esses setores conformam uma extensa malha de aparelhos privados de hegemonia empresariais (APHEs) a qual defende que a idéia de sistemas públicos, estatais e financiados pelo Estado seriam obsoletas, dando lugar à “colaboração público-privada”, dentro da qual o Estado abre caminhos de valorização de capital por dentro destes sistemas. Tal conjunto de APHEs atua tanto na sociedade civil como na sociedade política, produzindo formas de associatividade empresariais e políticas as quais penetram diversos canais de representação da chamada sociedade civil junto ao Estado e dentro do mesmo.

Referências Bibliográficas

Agrawall, Nina; Marczak, Jason; Nigenda, Gustavo; Ruiz, José Arturo & Charry, Ligia de. *Addressing systematic challenges to social inclusion in health care: initiatives of the private sector*. AS-COA, 2010.

Behring, E. R. Política Social no contexto da crise capitalista. *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. São Paulo: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; Boschetti, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

Bianchi, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

Buci-Glucksmann, Christine. *Gramsci e o Estado*. Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 [1975].

Correia, Maria Valéria Costa. “Ofensiva do capital e a necessária defesa da saúde pública e estatal”. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, p.72-89, jan/jun 2022.

Fontes, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV-Fiocruz/UFRJ: 2010.

Francioni, Gianni. *L'Officina Gramsciana*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Haug, W.F. et all. *Historical-critical Dictionary of Marxism*. Historical Materialism 17, 2009. (disponível em: <http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/HKWM-Hegemonic-Apparatus.pdf>).

Liguori, Guido & Voza, Pasquale. *Dizionario Gramsciano 1926-1937*. Roma: Carocci Editore, 2009.

Liguori, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

Lima, Aruã Silva & Correia, Maria Valéria Costa. *Pandemia, determinações da saúde e enfrentamento da COVID-19: o lucro acima da vida*. Maceió: Udufal, 2020.

Mendonça, Sonia Regina de. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.

Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes, Abril Cultural, São Paulo, 1984.

Morais, Heloisa Maria de Mendonça; Oliveira, Raquel Santos de & Vieira-da-Silva, Ligia Maria. A coalizão dos empresários da saúde e suas propostas para a reforma do sistema de saúde brasileiro: retrocessos políticos e programáticos (2014-2018). *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(12): 4479-4488, 2019.

ZULIANI, Mercedes Queiroz. Privatizações na saúde: a atuação do Instituto Coalizão Saúde (ICOS) e as mudanças no sistema de saúde brasileiro. Dissertação de mestrado e Política Social, UFES, 2022.